

O Pacote Tarifário

A administração pública, em todos os países do mundo, Brasil no meio, reclama um urgente choque de qualidade. Em quase todos os governos abertos ou fechados, o dólar anda cumprindo o trabalho de 40 centavos. No Brasil, tomado isoladamente, a verificação é igualmente melancólica: o setor público, sem compromisso com a eficiência (ou com a falácia), gasta mal o produto da contribuição compulsória da sociedade. Cada cruzeiro deve estar fazendo o serviço de 33 centavos. Por que 33 centavos? Porque o número é bonito e o chute é meu.

Bem, quem levanta esse tipo de denúncia é logo acusado de estar a serviço de forças oligopolistas e desnacionalizantes, com essa tola mania de aquilatar o Estado brasileiro pelo signo da eficiência. Denegrir a imagem do setor público é vestir a camisa da acumulação privada e a espoliação externa... certamente, uma imagem bem preservada pelos que gastam mal o dinheiro do povo, déficit público parindo inflação, recessão, dívida, dependência em dólar, transferência de renda do setor produtivo para o setor especulativo, da área mais eficiente para a área menos competente.

A crise econômica dos anos 80 é o corolário da estatocracia mais pegajosa da História Republicana do Brasil.

Com pacote ou sem pacote, o cidadão brasileiro de qualquer idade, profissão ou renda, vai pagando a pesa fatura do saco-sem-fundo, na condição de contribuinte e na posição de consumidor: colocado em órbita o pacote tributário, vem ai o pacote tarifário. Provavelmente, um pacote bem mais pesado que o primeiro. Até porque, não precisa do sinal verde do Congresso Nacional. Sabe-se que as estatais do setor produtivo devem descontar, em 1986, com sobras, as perdas acumuladas em 1985 pelo arrocho tarifário do bloco. Esse arrocho produziu um déficit operacional de Cr\$ 17 trilhões.

A Petrobras, nos derivados de petróleo, com reajustes defasados, foi a empresa mais castigada. Descobriu-se, agora, que de nada adianta congelar tarifas para acalmar a inflação, se o prejuízo é bancado com sobre carga fiscal, contribuinte "socializando" os

ganhos do consumidor. E consumidor, no segundo tempo, pagando a mesma conta no repasse dos custos fiscais para os preços finais, o mais oculto de todos os impostos.

A observação é da "Carta do Ibre", de outubro, opinião balanceada do quadro permanente do Instituto Brasileiro de Economia, da FGV:

Por trás da dimensão financeira do déficit público existe uma dimensão real, a da baixa eficiência alocativa, expressa pela necessidade de uso mais apropriado dos recursos efetivamente postos à disposição do setor governo, em termos de mão de obra, insumos correntes e capital físico. Pouco adiantará apertar recursos financeiros adicionais ao governo e suas empresas, resolvendo de imediato a questão financeira, se não forem sensivelmente aperfeiçoados os modos de combinar os recursos físicos e os recursos humanos, dentro dos processos produtivos do setor público. O setor estatal, quer na administração direta, quer na administração de suas empresas, deve superar uma outra crise, situada por trás do desacerto financeiro: a crise do uso inadequado dos recursos reais postos à disposição do governo, com o sacrifício de toda a sociedade".

Em outras palavras, é preciso melhorar a qualidade do governo e caprichar na seleção, na execução e na cobrança dos projetos dos serviços governamentais. O financiamento do desperdício nacional já estourou todos os limites da conveniência política, da resistência econômica e da tolerância social.

Com o pacote orçamentário, o governo dá um bom primeiro passo nessa direção. Pelo menos em tese, ele se propõe governar o dispêndio público e promete uma contabilidade transparente, vulgo déficit explícito, com auditoria externa e tudo.

Na esfera das estatais, a maior contribuição do pacote está no capítulo intitulado "Medidas de Redução e Racionalização dos Gastos Públicos". O elenco das providências ali amarradas não é uma fita de chegada, apenas um tiro de partida. A eficiência gerencial na administração direta é uma utopia política dos ilustres Moisés do capitalismo e do socialismo.